

Opinião

Crescimento e segurança

João Sampaio*



“É A ECONOMIA, estúpido!”, a frase célebre do marqueteiro norte-americano James Carville durante a corrida para a Casa Branca, quando o republicano George Bush pai, apesar de ter vencido a Guerra do Golfo, perdeu as eleições para o democrata Bill Clinton, que entendeu que o olhar do eleitorado estava na economia, se aplica ao Brasil atual. O crescimento econômico em torno de 2,5 % ao ano, a crise vivida pelo agronegócio, responsável por 40% dos empregos brasileiros, e o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento -- anunciado pelo governo federal, que ainda precisa ser muito explicado e detalhado, influem na vida dos brasileiros muito mais que imaginamos.

A exposição das famílias brasileiras à violência das ruas, as recentes barbáries cometidas pelo crime organizado estão intimamente ligadas à economia. Um país que não cresce a taxas satisfatórias, que não cria empregos decentes com a mesma velocidade com que impõe aos jovens a procura, na maior parte das vezes inócua, de um lugar ao sol, só pode encontrar-se no quadro caótico que registramos nas suas grandes metrópoles.

Todas as medidas de segurança pública, tasi quais melhorar a polícia, formas alternativas de pena, a redução da maioridade penal são necessárias, mas a máxima de Carville de que o país precisa olhar para a economia e gerar riquezas vale tanto, que fica impossível não cobrar do governo e dos governantes políticas públicas voltadas para o crescimento econômico.

O tal do espetáculo do crescimento passa obrigatoriamente, mesmo contra a vontade de muitos urbanos, pela agri-

cultura brasileira. E aí... o PAC não emplacou. Tirando os prometidos investimentos em infra-estrutura rodoviária, incentivos à bioenergia, a agricultura não foi sequer mencionada. A raiz dos problemas como o alto endividamento do setor rural, a defasagem cambial, as altas taxas de juros, sem contar todos os gargalos da produção: defesa sanitária, falta de recursos para comercialização, seguro rural, armazenagem e plano de contratos a longo prazo. Tudo isto passou longe do PAC.

Mas não adianta aqui malharmos o programa do governo. É preciso apontar alguns caminhos e soluções para que saíamos da inércia para a aceleração do crescimento. Pensar globalmente e agir localmente, isto aplica-se tanto à agricultura, quanto à segurança pública. Precisamos de políticas de incentivo regional às atividades econômicas: a realidade dos produtores do Centro-Oeste difere das condições dos nordestinos e, por conseguinte, da dos agricultores do Sul e Sudeste. Criar uma agenda estrutural do setor compatível com as necessidades de cada região. Recuperação de estradas, construção de armazéns e formas de escoamento da produção devem obedecer a lógica de cada região. O chamado Custo Brasil deve ser o mais uniforme possível mas, para isso é preciso que o governo pense globalmente e especifique suas ações.

Se estruturalmente precisamos agir, o mesmo cabe quanto às ações de defesa sanitária, em um país de dimensões continentais como o Brasil. Elas devem ser não só regionalizadas como estadualizadas para que um surto de aftosa em um canto do país não embargue a carne bovina brasileira como um todo. Se em países

europeus cuja proximidade geográfica é menor que entre o Pará e São Paulo, não há embargo total por que somos penalizados de forma geral? Isto não depende tão somente da nossa vontade, mas de um trabalho consistente com as entidades internacionais de sanidade.

O mesmo critério regionalizado devemos ter com o seguro rural. Criar uma política de instrumentos de proteção ao produtor, de seguro ao crédito facilitado, mas conforme as demandas regionais. Cada vez mais, precisaremos investir neste caminho. Afinal de contas, somos uma federação, não somos? Então, os estados e governo federal podem desenvolver políticas conjuntas e esse podem ter atribuições e criar leis, conforme a sua realidade.

A discussão sobre segurança pública também deve passar por essas ações estadualizadas, o menino criado na periferia de Rio Branco, no Acre, e o garoto das favelas do Rio de Janeiro, apesar de a miséria os tornarem igualmente vítimas, são expostos a diferentes graus de violência. A penalidade e a idade para pagá-la diante da sociedade podem ser objeto de análise dos estados, respeitando a legislação federal.

Como podemos ver, agricultura e segurança pública têm muito mais a ver que imaginamos. Não podemos excluir a atividade agrícola dos grandes temas nacionais, pois essa é parte representativa e peça importante, se não a principal, da engrenagem que vai acelerar o crescimento econômico. ■

* Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira